

MARCELLO
CAETANO

917

Rep de 913

EM DEFESA
DA
LIBERDADE

PROFERIDO
RAMENTO DO
SO DA A. N. P.
E MAIO DE 1973

1048

917

MARCELLO CAETANO



EM DEFESA DA LIBERDADE

DISCURSO PROFERIDO
NO ENCERRAMENTO DO
I CONGRESSO DA A. N. P.
TOMAR, 6 DE MAIO DE 1973

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1 9 7 3



INCORPORAÇÃO



917

S.N.S.
1048

EM DEFESA
DA LIBERDADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA
CIVIL E SOCIAL
CALLE DE S. PAULO, 100
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA CIVIL E SOCIAL

Senhores Congressistas:

Minhas senhoras, meus senhores:

Está a chegar ao fim o primeiro Congresso da Acção Nacional Popular. E não podemos deixar de nos congratular com a forma como decorreu e com as conclusões a que chegou e que acabam de ser tão expressivamente aprovadas.

A finalidade da nossa associação cívica é, segundo a letra estatutária, promover a participação dos cidadãos no estudo dos problemas da Nação Portuguesa e a prática das soluções para esses problemas mais condizentes com os princípios fundamentais que professa.

Nas diversas secções em que o Congresso se dividiu puderam os congressistas ouvir comunicações sobre tais problemas e soluções apresentadas pelos filiados investidos em funções governativas e pelo Senhor Ministro da Educação Nacional.

Pareceu que era esse o melhor método a seguir. Porque os autores, pelos lugares que ocupam, dispõem de informação ampla e de possibilidades de visão do futuro que

os indicavam para introduzir perante esta assembleia os grandes temas actuais da política portuguesa.

A discussão dessas comunicações-base e o exame de algumas centenas de comunicações de filiados, muitas delas de grande valor, permitiram um balanço inestimável da conjuntura nacional, que a publicação imediata dos trabalhos tornará conhecida do maior número possível de portugueses.

Tivemos assim ensejo de, com participação dos nossos quadros, apurar conclusões que constituem a base de um programa de acção para os próximos anos.

Base de um programa — digo eu. Porque me parece perigoso definir, num mundo tão mutável, linhas rígidas de actuação. Quem governa tem de manter sempre uma larga possibilidade de adaptação às circunstâncias. Tem de conservar um grande poder de adequação às realidades.

E o essencial é respeitar os princípios fundamentais ao redor dos quais nos reunimos: a subordinação ao interesse nacional, o respeito da personalidade humana entendida como inserção dos valores individuais na vida social cujas exigências não podem ser preteridas, a defesa da família e das comunidades locais e profissionais, o reconhecimento da propriedade privada e da livre empresa condicionado embora às exigências da sua função social, o acatamento do Estado em que o Poder exprima o interesse geral e disponha de autoridade para se sobrepor aos egoísmos dos grupos ou das classes, o repúdio da violência e a luta pela melhoria progressiva das condições de vida do povo português mediante a educação e o acesso à cultura,

o incremento da produção e a justa repartição dos rendimentos.

Nem todos quantos aceitam estes princípios fundamentais e consideram a sua realização na vida portuguesa condição essencial de paz e de progresso estão filiados na Acção Nacional Popular.

Primeiro, porque é escasso o espírito associativo dos portugueses. Depois porque muitos têm uma velha desconfiança dos movimentos políticos que os faz afastar mesmo de uma associação cívica. Terceiro porque há muita gente que não gosta de se comprometer. E finalmente porque nos meios locais existem às vezes rivalidades pessoais ou de grupo que impedem pessoas da mesma ideologia de agir em comum e até, às vezes, de conviver.

Assim mesmo, creio que nunca em Portugal uma associação cívica reuniu tamanho número de filiados e dispôs de tão vastos quadros.

E tenho a certeza de que por esse País fora aceitam e aderem aos nossos princípios inumeráveis pessoas para quem a política que estamos a realizar é a única conveniente ao futuro do povo português.

Fala-se hoje muito de aberturas. Pois a A. N. P. está aberta. Aberta como associação à inscrição de quantos queiram nas nossas fileiras colaborar na obra de todos nós. É aberta na cooperação com todos aqueles que comunguem nos nossos princípios, estejam onde estiverem.

Mas o conjunto desses princípios, que forma o artigo 2.º dos nossos Estatutos, é um enunciado de valores de que não podemos abdicar. Em relação a eles não há

transigências possíveis nem compromissos admissíveis. Para além deles fica, porém, larga margem onde é de admitir a existência de divergência — de táticas, de processos, de ritmo, de maneiras de fazer.

Abertos estamos pois, a colaborar com quantos conosco queiram lutar pela integridade da Pátria, pela dignidade dos homens, pela defesa da família, pela livre iniciativa, pela autoridade do Estado, pela ordem pública, pela reforma social.

E neste campo podem estar certos aqueles que se nos juntem de que interpretam a vontade iniludível da esmagadora maioria do povo português.

Os doutrinários da revolução social dizem por aí que o povo português está pouco politizado. Querem com isto significar que o povo não os aceita nem os segue.

Porque está perfeitamente enganado quem julgue que o nosso povo não sabe o que quer e o que lhe convém.

O povo português, que generosamente se tem batido na defesa do ultramar, não quer que as províncias ultramarinas de Portugal sejam entregues a movimentos criados, sustentados, armados, subsidiados, apoiados, manobrados por interesses estrangeiros.

O povo português quer que prossiga a acção graças à qual todos os dias se abrem novas escolas e novas perspectivas de futuro para os seus filhos. Mas em compensação não quer, decididamente não quer, que a desordem, a indisciplina e a subversão se instalem nas escolas abertas para a educação da juventude, nem que, perante a passividade dos corpos docentes, minorias revolucionárias atre-

vidas imponham a sua ditadura à massa estudantil impedindo o trabalho e o estudo e prejudicando gravemente a formação dos técnicos e dos quadros dirigentes de que o País precisa.

Esta perturbação escolar faz parte de um processo perfeitamente pensado. Pretende-se, confessadamente, privar a sociedade chamada burguesa dos seus elementos activos. Já ninguém duvida hoje de que a agitação universitária é comandada por motivos puramente políticos e não pedagógicos ou académicos. E de que as escolas superiores foram escolhidas por serem os alfobres dos quadros sociais e por gozarem de tradicionais imunidades que as transformaram em santuários de difícil acesso às autoridades civis. Mas onde a autoridade académica deixar de ser respeitada ou se mostre ineficaz, outra autoridade terá de se impor. E essa não pode ser a dos soviets estudantis que fazem a lei e tiranicamente a impõem à massa dos alunos.

Hoje os estudantes de certas escolas já sabem como é a democracia popular. E o que custa divergir, pouco que seja, das determinações dos comunizados movimentos associativos. Creio que esses estudantes estão suficientemente esclarecidos sobre o conceito e a prática que os novos democratas têm das liberdades cívicas ...

O povo português quer que o deixem trabalhar em paz. Tem a noção das realidades, sabe o que valem promessas irrealizáveis e o que em compensação significa um esforço constante e honesto conduzido no sentido de ir ao encontro das suas necessidades e de resolver seriamente os seus problemas.

A opposiçãõ especula com a emigraçãõ e quer dar sentido político ao que constitui fenómeno endémico da vida nacional. Esconde que nos últimos vinte anos o desenvolvimento dos países industriais do centro e do norte da Europa criou a atracção da mão-de-obra com o pagamento de altos salários em troca de duras condições de trabalho. Que muito antes de o movimento chegar a Portugal já esses países tinham sugado quantidades enormes de trabalhadores da democrática Itália, da Argélia, da Tunísia, da Espanha, da Grécia, da Jugoslávia, da Turquia ... E que, habituados a emigrar de há longa data para a outra banda do Atlântico, a Europa surgiu aos olhos dos portugueses como um destino próximo, que lhes permite vir periodicamente visitar as suas terras e as suas famílias, sempre a pensar no dia em que a posse de um pecúlio razoável lhes consinta o regresso à Pátria.

Inquéritos frequentemente feitos entre os emigrantes por organizações imparciais confirmam que a quase totalidade aponta como causa da sua saída de Portugal o desejo de ganhar mais rapidamente o suficiente para capitalizar.

A repressão da emigração só conduzia a estimular a clandestinidade com todos os inconvenientes jurídicos, morais e sociais que daí advinham. E além do mais dificultava a visita ao País e o retorno final.

A melhoria das condições de vida aqui e a saciedade que há-de verificar-se lá fora, reduzirão a emigração a proporções normais. Até porque o trabalhador é, na sua

terra, sempre *alguém*; e no estrangeiro é e há-de ser sempre, apenas, a força que se utiliza e o estranho que se tolera.

Do que podemos todos estar certos é de que a implantação do regime desejado pela oposição democrática seria neste, como nos outros domínios, a catástrofe.

Regressariam ao País muitos indesejáveis, com certeza: desertores que por cobardia fugiram do serviço militar, agitadores que lá por fora levam a vida a conspirar e a tramarmos actos de terrorismo ... Em compensação, a desorganização da economia nacional e o desemprego daí resultante não só não convidariam os homens honestos ao retorno como impeliriam para a emigração muitos mais.

O povo português vê com impaciência todas as manobras da subversão: desde o campear da imoralidade que faz da pornografia um nojento factor de perversidade, e do consumo das drogas um processo de aniquilar a juventude, passando pela conversão do teatro, do cinema e da literatura em instrumentos revolucionários, quantas vezes financiados por capitalistas não sei se ingénuos se cúmplices, até às formas mais ruidosas de contestação pela explosão de bombas, ou às sabotagens que procuram abalar a moral da população e desorganizar a vida colectiva.

E neste ponto, meus senhores, não tenhamos dúvidas: o que o povo português quer é que as transformações pelas quais a nossa sociedade tenha de passar se verifiquem sem alienação do que constitui o património espiritual da Nação portuguesa e informa a índole dos seus filhos. Que não se perca de vista a existência de valores intemporais na

ordem moral e na ordem social, cuja destruição reduzirá os homens à condição de irracionais, como o tal «macaco-nu». Que não se esqueça que o progresso material, desacompanhado do progresso moral, não pode conduzir a esse apregoado estádio da evolução em que o super-homem assume toda a glória da criação divina. E que não vingue o materialismo que transforma os indivíduos em meros componentes de uma sociedade massificada, onde pretensas leis naturais impõem inexoravelmente a sua norma tirânica.

O povo português, o povo que encontramos por esse País além e que se não confunde com alguns pretensos intelectuais que dele falam sem o conhecerem, sem o amarem e sobretudo sem o servirem, o povo português sabe muito bem o que quer: quer que Portugal continue. E sabe também muito bem que não quer ver o seu País transformado em colónia ideológica de qualquer Internacional mais ou menos vermelha ou de grandes potências imperialistas.

Por isso, sendo a democracia o governo de acordo com a vontade popular, nós praticamos a verdadeira democracia. Através do sufrágio e por mil formas expressivas bem patentes nos contactos, hoje tão fáceis e abertos, com os governantes, o povo português tem manifestado a cada momento a sua insofismável vontade. É essa vontade que a cada momento auscultamos e fazemos por satisfazer. A democracia não é a confusa algaraviada das *bases* onde se repetem chavões doutrinários apressadamente aprendidos na literatura de propaganda para dar a impressão de que se comanda a *cúpula*. É a auscultação permanente das

necessidades, dos anseios, das aspirações populares e a procura das fórmulas mais eficazes para resolver pela melhor forma o que seja do interesse do maior número.

Atravessamos uma época eminentemente crítica em que o mundo sofre daquilo a que poderemos chamar a doença do desregramento.

As sociedades, na sua vida interna como nas relações internacionais, têm de observar certas normas de comportamento, geralmente aceites. Têm de acatar por consenso comum determinadas regras definidas pela razão de acordo com a observação e a experiência.

E que vemos neste momento?

Vemos que na ordem económica se perdeu o comando do seu principal expoente que é ao mesmo tempo o instrumento fundamental para medir os valores e proceder às trocas: a moeda. O desregramento da economia traduz-se na inflação universal, com todo o cortejo de inconvenientes que a alta generalizada dos preços acarreta, quer na produção e no comércio, quer na vida dos indivíduos e no equilíbrio dos Estados. Mal que está a corroer todas as Nações, qualquer que seja o seu regime político e o seu sistema económico, sem que seja possível a qualquer delas, isoladamente, debelá-lo: só a colaboração internacional poderá pôr termo a tão grave desequilíbrio.

Vemos que na ordem moral se põem em dúvida todos os valores, as práticas, os costumes, as atitudes, os hábitos, as convenções de há muito estabelecidas para moderar egoísmos, refrear instintos, domar vícios, polir maneiras, adoçar atritos, tornar racional a conduta dos homens e

mais fáceis as relações entre eles. Dúvida que afecta mesmo aqueles valores que, em sociedades tradicionalmente religiosas, se veneravam, acatavam e transmitiam como fundados em mensagem divina ou na autoridade de uma Igreja assente em rocha firme contra a qual se despedaçariam todos os temporais da História.

Vemos que na ordem social se contesta toda a autoridade — na família, na escola, na profissão, na cidade — e que teóricos pressurosos e pedagogos solícitos se apressam a procurar, no velho arsenal das utopias e no bricabraque dos sistemas, fórmulas libertárias de educação e de convivência já experimentadas e que novas experiências tornarão a mostrar desajustadas das realidades humanas.

Vemos que em países ditos civilizados é lícito aos trabalhadores de profissões de cujo exercício depende a protecção da saúde, da vida, da segurança da generalidade das pessoas sobrepor os seus interesses, às vezes reduzidos a pequenas reivindicações egoístas, aos interesses colectivos. E em nome desses interesses particulares abandonar doentes, sacrificar vidas e bens, impedir a circulação das mercadorias e o abastecimento das populações, multiplicar os riscos de sinistro ... tudo em nome da soberania sindical que desconhece, repele ou nega a supremacia da solidariedade humana.

Vemos que na ordem política se confrontam numa batalha decisiva duas concepções de vida: a do Estado onde se respeita o que há de essencial na liberdade do homem, isto é, a sua iniciativa e a possibilidade de por via dela melhorar a própria condição e adquirir e dispor dos bens

materiais, e a do Estado que tudo concentra e dirige, através de uma rede onnipresente e onnipotente de funcionários à qual estão submetidos, ainda que com enganadoras aparências de autonomia, indivíduos, comunidades, cooperativas e empresas públicas. Não falo da anarquia: porque essa exacerbação do liberalismo, sendo uma poderosa força de negação e de destruição não consegue ser uma fórmula de vida social, por intenso que seja o fascínio do sonho libertário, embriagador, como uma droga, de jovens, de idealistas e de românticos.

E nesta crise política as dificuldades são tanto maiores quanto é certo ter-se na Europa espalhado uma mentalidade paralisante das defesas do mundo liberal. Os próprios capitalistas, e talvez sobretudo eles, têm medo de defender a ordem de coisas que, bem ou mal, os sustenta. Ninguém quer ver-se apodado de «fascista», nome com que os comunistas e seus asseclas designam quantos se atravessarem no seu caminho. Perderam-se os reflexos da defesa, dir-se-ia ter-se perdido até o instinto da conservação. Perante um ataque frontal conduzido em grande escala pelas forças da Revolução, o chamado Ocidente não sabe reagir e só titubeia palavras que tiveram sentido no século passado e repete atitudes de tempos pacíficos, completamente ineficazes para a batalha a que hoje é desafiado.

Liberdade? Com certeza. Mas para manter o que constitui a essência de uma sociedade personalista, para conservar a dignidade do homem como centro de decisões e senhor dos seus destinos, para empenhar os indivíduos na construção do futuro por suas mãos — e não para deixar

o caminho aberto a totalitarismos que só querem os direitos burgueses para exterminar a burguesia e instaurar a afrontosa ditadura materialista que, em nome de um falso humanismo, reduz o homem a mero produtor numa sociedade mecânica submetida a um poder despótico.

Ninguém neste Governo tem o gosto de restringir liberdades, menos ainda de as sufocar. Todos estimaríamos estar numa sociedade largamente permissiva, onde a sólida educação dos indivíduos os habilitasse ao autodomínio, à compreensão inteligente dos seus direitos e das suas limitações, ao respeito dos direitos dos outros, à veneração das bases essenciais do convívio social, à pesquisa equilibrada e razoável das vias de progresso colectivo e de aperfeiçoamento pessoal.

Mas infelizmente isso não sucede. E não se diga que é no nosso país que assim acontece por virtude de pretensas causas específicas da organização social e do regime político. Basta deitar os olhos por esse mundo além, para verificarmos, como há pouco recordava, que os homens cada vez menos se guiam pela razão e cada vez mais, tomados de um frenesi impaciente de mudança e de agitação, se conduzem por motivos em que predominam o egoísmo, o instinto e a emoção. E que desse procedimento desregrado de minorias activistas — que, não nos iludamos, são, se nós as deixarmos, como sempre foram, condutoras da História — nascem métodos de violência em que os direitos dos outros são prostergados e os interesses das maiorias espezinhados.



Clama-se contra a autoridade do Estado, previne-se contra tendências totalitárias do poder político: mas hoje o perigo do totalitarismo está nesses movimentos extremistas, quer porque a sua vitória representaria fatalmente o despotismo dos triunfadores, quer porque, a deixar-se crescer a ameaça por eles representada, pode um dia surgir uma reacção desesperada, ela também sem controlo.

Representamos, nós, uma posição de centro em que se procura a cada passo fazer apelo à razão. Pretendemos ser os mantenedores da regra numa sociedade que pende para o desregramento, os paladinos do equilíbrio num momento em que tudo parece desequilibrar-se.

Posição difícilíssima. Muito mais difícil do que parece. Porque não faltam a todo o momento as provocações e os desafios.

Vão realizar-se dentro de meses eleições legislativas. Eleições que desejaríamos se processassem em clima de serena competição de ideias e de pessoas, para encontrar as melhores vias de execução da ordem constitucional.

Mas o que tem sucedido noutras ocasiões é que o chamado Partido Comunista Português, proibido há muito em Portugal como em tantos outros países, surge sempre nas campanhas eleitorais a aproveitar, como diz a sua comissão central, as formas legais e semilegais de actuação facilitadas pelo ensejo, a pretender transformar o que devia ser simples acto de execução regular da Constituição Política em fase aguda de preparação revolucionária. Eles o têm dito, eles o têm confessado, eles o preconizam mais uma vez.

Não há muitos dias foi declarado a um jornal estrangeiro que a participação da oposição nas próximas eleições não visava obter lugares na Assembleia Nacional mas criar uma comoção interna, desencadear uma crise.

E certo prócere não pregava aos seus partidários, glosando uma frase proferida nos últimos tempos da monarquia, ser necessário forçar o governo «às concessões que o enfraquecem interiormente ou às violências que o degradem e comprometam perante a opinião»?

Esquecem-se que existe uma terceira opção: a de continuar a manter clara e firmemente o propósito de cumprir as leis dentro da letra e do espírito da Constituição vigente. E de não hesitar em defender os direitos daqueles que honestamente queiram colaborar no cumprimento das leis — e em aplicar as sanções previstas para os que as infringem.

O emprego da força contra a lei e os que a representam é que se chama violência. Mas a força ao serviço do Direito, a força que defende, preserva e conserva a sociedade, a força que age sob um comando instaurado legitimamente e com mandado regular, essa força não é violenta. É a força em que se apoia a defesa da vida, da segurança, da tranquilidade dos cidadãos, é a força sem a qual a Justiça é impotente, é a força sem cuja acção se instaura a anarquia e reinam os bandos irresponsáveis, as checas revolucionárias, as opressões tirânicas.

Não confundamos a violência desregrada do banditismo, do terrorismo ou da subversão com a força que a autoridade responsável usa em nome da lei e com base nela.

Toda a liberdade, toda a compreensão, toda a colaboração do Poder devem ser facultadas quando se trate de cumprir a lei. A lei eleitoral como qualquer outra. Mas se se procura, em vez de cumprir a Constituição e a lei, instaurar ou preparar a revolução, fortalecer ou generalizar organismos e doutrinas revolucionárias, então teremos de dizer, consciente e serenamente: não.

E nem podemos ignorar que em todos os documentos da oposição até agora circulados aparece como primeiro objectivo o que eles chamam «a luta contra a guerra colonial». Chegando-se ao extremo de nessas fileiras opositivas se registar apenas uma divisão: entre os que preconizam a negociação com os chamados «movimentos de libertação» e os que indignadamente protestam ser necessário entregar, imediatamente e sem condições, o ultramar aos terroristas.

Pois nisto estamos.

E para tudo isto — a criação da «comoção interna», a «instauração da fase pré-revolucionária», a «luta contra a guerra colonial» — reclama a Oposição — liberdades fundamentais.

Se há governo que tenha a preocupação de garantir as liberdades fundamentais, é o meu. São liberdades fundamentais o direito à vida e à integridade pessoal e ao bom nome e reputação, o direito de trabalhar e ao produto do trabalho, o direito a professar uma religião, o direito à intimidade da pessoa e do lar, a formar família e à educação dos filhos, o direito à iniciativa na escolha de actividade ou profissão, o direito de ter opinião, o direito de apro-

priação e de dispor do que é seu ... Tudo isto, que em grande parte desaparece das sociedades comunistas ou comunizadas, são liberdades fundamentais pelas quais nos batemos contra as pretensões totalitárias. Para além delas, há direitos instrumentais que têm de estar condicionados pela realização do que é essencial.

É o que me admira é ver, nestes tempos que vão correndo, quando tantas experiências alheias deveriam ser elucidativas, quando é evidente que se o mundo ocidental se não defende, enredado em velhos conceitos e preconceitos, será vítima dos atacantes dotados de menos escrúpulos, quando se torna manifesto que deveremos caminhar para a fórmula do Estado Social, onde a defesa da personalidade se realizará pelo sacrifício de certas exacerbações individualistas em benefício dos interesses colectivos — como é que nesta época crítica ainda aparecem, espartilhados nas casacas de 1820, os liberais a todo o transe.

Tenho dito, repetido, e insisto: se queremos salvar a liberdade do homem temos de distinguir o que nela é essencial e o que corresponde a formas acessórias e contingentes da sua realização social, as quais terão de ser condicionadas na medida em que pelo abuso possam conduzir à destruição daquilo mesmo que interessa preservar.

Abrir caminho à Revolução, facilitando-lhe, sem reserva, todas as vias pelas quais ela possa inserir-se nos espíritos antes de destruir as instituições, só por inocência ou por conivência.

Inocentes são os ingénuos que, por falta de experiência ou de reflexão, fechando muitas vezes os olhos às mais

palpáveis realidades, pensam que a liberdade sem peias, a inundaçãõ da liberdade, tudo salva, tudo limpa e tudo redime.

Coniventes sãõ os que tendo já vendido a alma ao diabo, mas sem o confessar, conservam velhos rótulos para mais à vontade poderem prestar o seu auxílio à realizaçãõ dos projectos revolucionários.

Eu, por mim, sempre me tive na conta de liberal: mas não pertenço ao número desses inocentes, e não se pode esperar que alinhe na conivência.

Penso no exemplo de Kerenski, na Rússia, que todavia ainda não dispunha de tantas lições da história contemporânea. Ou no de Eduardo Benés, na Checoslováquia. Ou de Eduardo Frei, no Chile. E em tantos outros motivos de meditação.



Minhas senhoras e meus senhores:

Durante estes dias pôde o Congresso debruçar-se sobre os problemas vivos e reais da Nação Portuguesa, aquém e além-mar.

E creio que da reflexão feita em comum resultaram motivos de sãõ e justificado optimismo.

Aqui vieram membros do Governo dizer o que se está a fazer e a preparar e escutar as opiniões alheias. Aqui puderam os demais congressistas esclarecer dúvidas, obter informações, formular críticas, apresentar sugestões.

E uma conclusão creio que puderam todos tirar, que o País atento pode tirar todo ele: em nenhum sector do Governo se está parado.

Em condições difíceis, para não dizer por vezes desfavoráveis. Com faltas de pessoal, com uma guerra no ultramar, com resistências internas, com preços instáveis em consequência da inflação mundial, com tudo isso: estamos a trabalhar sem desfalecimentos; estamos a trabalhar para aperfeiçoar o que se achava bem, para reformar o que parecia desactualizado, para suprir lacunas, deficiências e faltas.

Estamos a trabalhar sem descanso; com afinco, com entusiasmo, com vontade de servir.

Estamos a trabalhar para que o nosso território na Europa não se converta numa faixa litoral activa com um interior deprimido e despovoado. A vitalização das zonas rurais tem de ser levada a cabo. Para isso se tem procurado animar a vida municipal e fortalecê-la pela federação dos municípios, aumentar a comodidade dos povos facilitando-lhes a justiça mediante a criação de novos tribunais — em vez de seguir a linha tecnocrática de concentração das comarcas —, promover o acesso à educação pela instituição de novas escolas primárias, preparatórias, secundárias e superiores, também enriquecedoras do escol local, resolver o maior número possível de problemas de electrificação, abastecimento de águas, saneamento, viação, comunicações, transportes e equipamentos sociais, estudar a concessão de incentivos para o desenvolvimento económico da província portuguesa, melhorar a assistência sani-

tária preventiva e curativa e, sobretudo, apoiar os trabalhadores rurais de modo que a classe camponesa não fique atrás das outras classes nos benefícios do salário, do apoio à família e da previdência social.

E enquanto esta acção dispersa e generalizada é conduzida de mãos dadas entre o Governo, as autoridades locais, as câmaras municipais, as juntas de freguesia e os próprios cidadãos, pensam-se, planeiam-se, executam-se os grandes empreendimentos que aqui ouvistes enunciar e que o País conhece — os grandes empreendimentos que do norte ao sul do território europeu, e também em Angola, em Moçambique, em todo o ultramar, revelam uma surpreendente capacidade de realização e hão-de, em breves anos, dar uma nova face à economia e à vida social portuguesas.

Eu próprio, senhores, eu próprio que como animador e coordenador do esforço do admirável grupo dos homens que me tem dado a honra de ser meus colaboradores no Governo, vivo dia a dia o que se vai concebendo e lançando, eu próprio ao fazer-se esta pausa e ao olhar para os factos e as perspectivas criadas, me admiro de que tanto tenha sido possível no meio de tantas dificuldades e de tantos obstáculos.

E se já pudemos aqui apresentar números demonstrativos de que virámos outra vez o cabo das tormentas e é lícito chamá-lo da boa esperança — creio que não será temeridade encarar o futuro com optimismo confiante.

O optimismo não significa o desconhecimento das dificuldades. Não quer dizer fechar os olhos para ignorar

as resistências, as decepções, as oposições, os reveses, as lutas a travar até se irem conseguindo as metas almejadas.

Não. Porque nada de grande se faz sem penas, sem sacrifício e sem dor. Mas o meu optimismo vem da certeza de que se o povo português não se deixar envenenar pelos factores dissolventes da sua energia e da sua vontade, se continuar fiel à sua tradição, à sua têmpera e à sua alma, se mantiver o espírito de unidade e a aliança vigorosa com os governantes, feita de mútua confiança, de entendimento recíproco e de interpenetração constante, se tudo isto se verificar, senhores, Portugal vencerá.

Vencerá inimigos externos, vencerá crises internas, vencerá tentações de descrença, de renúncia, de apatia, de abulia, de revolta — mas vencerá também a pobreza, a ignorância, a rotina, para que os Portugueses possam querer-lhe mais e amá-lo sempre como Pátria estremeçada e Mãe amorável dos seus filhos.



Composto e impresso nas
oficinas gráficas da S. E. I. T.
Lisboa — Maio de 1973

NB



EFG0000513025



S.N.I.